

Questões sobre a produção do jornal: o que convém saber antes de seu uso como fonte de pesquisa e em sala de aula

DIANA DOS SANTOS RAMOS*

Introdução

Quem é professor já vivenciou a experiência de ser indagado por um aluno sobre algum tema da atualidade que ele assistiu na televisão, viu na Internet, ou presenciou algum comentário que o pai tenha feito após a leitura de um jornal. Michael Apple já nos diz que a escola não é simplesmente um espelho, não faz somente reprodução (APPLE, Michael, 1989). As dúvidas e questões não programadas, não previstas, os fatos do dia-a-dia, tudo isso faz da escola um espaço para discussão e crescimento. E essa construção do conhecimento está além do conteúdo programado pelo plano de curso, são os denominados temas agregados, introduzidos em sala pelo professor ou pelo próprio aluno. “São acontecimentos que ainda não foram (ou quase nunca serão) incorporados pelo livro didático”(ROCHA, 2002: 143).

Há muito tempo o aluno deixou de ser visto como “tabula rasa”. Ele tem sua percepção de mundo e seus *pré-conceitos*, muito deles apreendidos nas mídias. Um evento histórico veiculado pelos meios de comunicação pode ser percebido como tal pelas massas, inclusive por estudantes de vários níveis escolares, mas não serão necessariamente (e na maioria dos casos) contextualizados na história e nem percebidos como parte de um todo, de um processo.

O registro dos fatos históricos do tempo presente pelos jornais impressos é o tema deste trabalho. Não é recente a utilização do jornal na educação, seja como fonte de pesquisa ou como recurso didático. Contudo, há a necessidade de se refletir sobre a natureza desse documento principalmente devido a sua utilização como fonte de informação e de discussão do hoje, da história do tempo presente.

Há no mercado uma quantidade razoável de obras que tratam do jornal como recurso pedagógico para séries iniciais ou como elemento deflagrador de temas do plano de curso a serem tratados no ano letivo com muitas sugestões de atividades, mas sem aprofundarem-se na natureza da fonte. Por outro lado, há obras da área de comunicação social que trabalham o jornal enquanto mídia, como produto de um trabalho, e muito

menos o seu conteúdo e os usos a serem feitos dele. A escassez bibliográfica de obras que tratem o jornal como fonte em aulas tornou possível a reflexão a respeito, esboçando uma discussão sobre o uso do jornal balizada pela bibliografia de foco pedagógico e da voltada para o público da área de comunicação.

Essa reflexão levou a identificação de alguns pontos positivos, mas a reflexão sobre os negativos. Por conseguinte o reflexo disso nas atividades dos pesquisadores e professores que raramente tem uma fonte não jornalística para discutir questões e problemáticas do tempo presente, da história imediata. A adjetivação “negativo” e “positivo” não corresponde a uma valoração maniqueísta das características analisadas no jornal, mas uma denominação arbitrária para separar os pontos que desfavorecem o uso do jornal como fonte e os pontos que corroboram este para fins de pesquisa e de ensino. Alguns pontos podem ser ao mesmo tempo “positivo” e “negativo” dependendo dos critérios utilizados para analisá-los e da perspectiva que é avaliado, como é o caso da linguagem.

A seleção do jornal impresso justificasse por sua função na divulgação de fatos que serão reconhecidos e construídos pelo tempo como históricos e pela durabilidade relativamente maior que esta mídia de comunicação tem em comparação a outras, principalmente as digitais. Mesmo que produzido para ter vida útil de um dia, é menos volátil e perecível. Tem uma edição de notícias mais elaboradas e apuradas. É claro que nem sempre é assim, mas na maioria das vezes o é. Já as revistas tem por característica principal a análise dos fatos, mais do que sua veiculação. O jornal não. Com exceção dos editoriais e dos artigos assinados o jornal objetiva informar e narrar da maneira mais isenta e fiel possível o fato como ocorreu.

Embora já tenha sido mais difundido como meio de comunicação, esse veículo ainda tem importante vendagem, logo, existe um número considerável de pessoas que consomem as informações por eles veiculadas. E é desse ponto que partimos para creditar ao jornal importância suficiente que justifique sua análise e sua crítica para uso na educação.

Sobre a história do tempo presente

A popularização do conteúdo de história

Quando passamos por bancas de jornal vemos inúmeras versões de livros de bolso com conteúdos históricos, ou versões editadas de grandes clássicos. Além desse suporte clássico, acompanhamos o lançamento de revistas exclusivamente voltadas para a área de História, com uma diagramação moderna, bem ilustrada e com matérias, artigos e notas em vocabulário de fácil leitura e compreensão, tratando de temas clássicos, mas também divulgando resultados de pesquisas recentes. Os jornais também estão aderindo essa tendência de miditização do conteúdo histórico.

A transformação da história num produto palatável, de fácil consumo e a um preço acessível, na televisão ou na banca de jornal, esvaziou a História de seu estereótipo de arcaica e maçante. A resposta da questão “para que serve a história?” não é mais tão difícil mesmo porque esta pergunta não é mais tão latente. Não sabemos o quanto vai durar esta fase, ou ainda se é uma fase, mas podemos concluir que a História está na moda. Seu objeto de estudo não está apenas num passado remoto, mas num recuo menor, pode estar também no presente.

Contudo a grande questão não é como os jornais ou os outros meios de comunicação trabalham com conteúdos eleitos, selecionados e estabelecidos como históricos, como fatos históricos, mas como os jornais comportam-se diante de acontecimentos contemporâneos que poderão ser simplesmente mais uma matéria, dentre tantas outras, ou poderão tornar-se marcos “históricos”. Como não há domínio sobre o curso dessa história, é difícil apreciar e hierarquizar os fatos, não se dispõe de todos os documentos que podem vir a aparecer ou a serem disponibilizados futuramente. A desvantagem em relação ao historiador clássico é a falta de seqüência, e a impossibilidade do fato ser analisado em longa duração.

“Que força está ligada à ingenuidade! Que adequação ao fluxo e ao refluxo da relação de forças ela assegura! Conhecer o desfecho de um combate talvez leve a subestimar o vigor, o dinamismo do vencido. (...) E como isolar melhor esse curso de seu fim, especificá-lo, restituir-lhe sua “abertura”, do que mantendo-se aberto a todas as hipóteses?” (LACOUTURE, 2005: 301)

Jean Lacouture no trecho acima toma o desconhecimento da seqüência como algo extremamente positivo no que tange a análise dos possíveis desfechos de um

evento, sem que o historiador seja tentado a pender mais para um lado que para outro por conhecer o desfecho.

A idéia de que o homem não é consciente do fato porque só consegue perceber a dimensão histórica do mesmo depois de ocorrido é questionável. Por exemplo: quem duvidou que eventos como a eleição de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil era um fato de dimensão histórica para o país? Ou, quem questionaria no mesmo dia do ocorrido a dimensão do atentado ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 nos EUA? Da mesma maneira esse não foi um fato estanque e isolado da realidade, ele é resultado também de posições políticas e de ações numa conjuntura que o justifica (não justificar no sentido de tornar legítimo ou aceitável, mas de apresentar causas ou fundamentos). Tais fatos possivelmente serão ou já são a “relação com passado” de outros que vieram em decorrência destes. O desconhecimento em longo prazo da seqüência desses eventos não diminui a importância dos mesmos.

O jornalismo e a história do tempo presente e imediata

“(…), o estudo do jornalismo histórico é instrutivo, porque a história do imediato foi primeiro marcada pelo selo jornalístico. De certa maneira, ela é mesmo filha da imprensa. De fato, foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata a partir da metade dos anos 50.”

(Agnes Chauveau e Philippe Tétart, 1999:7)

Os procedimentos da história imediata como são feitos hoje, assemelham-se mais às práticas jornalísticas que às históricas, como a concebemos tradicionalmente. A história imediata é hoje uma área híbrida de atuação de vários profissionais que trabalham fatos testemunhados. São atores (coadjuvantes ou não) e testemunhas. Le Goff já afirmou que a história do presente era mais bem feita por (grandes) jornalistas, sociólogos e politólogos. Então, os historiadores deveriam deixar por conta destes a produção da história do tempo presente e imediata?

A fronteira que separa o fazer história do presente e imediata por historiadores interessados em objetos da atualidade e o fazer jornalismo por profissionais preocupados em subsidiar-se de legitimidade histórica é tênue e pouco nítida. Há o preconceito de historiadores conservadores nesse hibridismo, que vê o jornalista como alguém que escreve para o dia, que é este o prazo de validade de sua produção

intelectual que tem como destino a lixeira. Mas também há quem o considere “um candidato à operação histórica” e o jornalismo a “forma elementar e balbuciante da história imediata” (LACOUTURE, p. 310).

A aproximação do jornalismo e da história pela identidade do objeto é real. O jornalismo de qualidade busca, além de informar os leitores dos últimos fatos ocorridos, explicar e apresentar o maior número de informações sobre o mesmo. Já o historiador do presente busca reconstruir o processo a médio ou longo prazo que possibilitou a ocorrência desse fato. Algumas abordagens são típicas de um e de outro profissional. Jacques Le Goff louva o esforço dos jornalistas em acrescentar “espessura histórica” em suas atividades, mas reconhece também a falta de cultura histórica de boa parte deles. Assim o medievalista indica quatro atitudes que espera “dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata” (LE GOFF, p. 101):

1. ler o presente com profundidade histórica
2. criticar as fontes segundo os métodos adaptados às mesmas
3. explicar mais que descrever e contar
4. hierarquizar os fatos identificando o significativo dos demais para que historiadores do passado no futuro consigam percebê-lo como tal e integrá-lo na longa duração.

Já o jornalista Ricardo Noblat identifica os quatro deveres de seus colegas (NOBLAT, p. 23):

1. dever com a verdade, mesmo que está não seja facilmente identificável
2. dever com o jornalismo independente
3. dever com os cidadãos
4. dever com a própria consciência

Seja atitudes ou deveres, de historiadores do presente ou de jornalistas, ambas áreas de conhecimento e profissões aproximam-se cada vez mais.

O jornalista não se atém apenas no registro dos fatos ocorridos durante o dia. Registra também com olhar crítico sobre o fato relacionando-o a outros e restaurando sua memória, seja fazendo uma retrospectiva ou localizando-o na relação entre o passado e o presente no processo do qual faz parte. Há quem evoca aos jornalistas a tarefa de “Iluminadores da História” como o diretor do Master de Jornalismo, Carlos Alberto di Franco (FRANCO, 2006: p.7). As redações de jornal dispõem de vasta

documentação e têm domínio no manuseio, costumam ter acesso, devido a suas relações, às fontes e documentos que um historiador comum não teria. Dispõe de um setor de pesquisa, de contato com informantes, correspondentes, enviados especiais. Além do produto diário, produzem dossiês e cadernos especiais que requerem maior pesquisa e qualidade de conteúdo. O jornal assume o papel de mediação e midiatização entre um evento e seu conhecimento pelo público em geral.

A escola e o tempo presente

O tempo presente remete a idéia de crise. Alguns professores optam por não trabalhar com questões da história presente e imediata. Contudo, é de responsabilidade do professor situar o alunado sobre o presente, a realidade que os cerca e as questões que interferem diretamente na sua vida. Principalmente se o “presente” estiver passando por um momento de crise, pois só assim o aluno estará instrumentado para fazer escolhas. Entender a natureza da crise ajuda a optar pela vertente para enfrentá-la. A geração que está na escola hoje e que vive uma série de fatos marcantes, herdarão os frutos dos fatos e fenômenos atuais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em suas orientações é muito incisivo na necessidade de formar e instrumentalizar o estudante para o mundo e para atuar nele; na responsabilidade da disciplina História em formar cidadão, a contextualizar a narrativa histórica relacionando-a a problemas concretos e próximos dos alunos. É esse o ponto de tangência entre os conteúdos tradicionais e os atuais, na medida em que deve aproximar-se da realidade do aluno, de sua localidade, comparando problemáticas atuais a de outros momentos históricos.

Hoje o acesso à informação é imediato e fácil, seja na televisão, na internet, na rua. Contudo, o conhecimento necessita de mediação, e a figura do professor é a principal nesse processo. O livro didático apesar de ser o principal recurso didático para muitas escolas não deve ser o único utilizado nas aulas. A escola é uma instituição social e nela deve acontecer a troca de saberes com relação à cultura erudita, mas também ao cotidiano. O processo de ensino-aprendizagem não deve conter-se nas amarras da didatização empobrecida que perpetuam os tipos-ideais e a reprodução de conteúdos desatualizados em relação aos produzidos na academia e ao dia-a-dia. O

jornal aparece nesse contexto como um meio de fuga desse cenário de reprodução e distanciamento.

O Jornal na escola

O jornal com seu conteúdo diário proporciona ao leitor a sensação de pertencimento, por estar lendo sobre sua realidade, sua história. O jornal é uma representação da vida cotidiana, real e próxima. Além disso, traz para a sala de aula outras cidades, outros países, outras realidades. A leitura do mesmo leva naturalmente a formulação de comentários, debates, críticas, reflexão e formação de opinião. Todo esse processo implica na formação de um aluno cidadão, consciente e não passivo.

A velocidade da informação acarreta a falta de reflexão, as informações são muitas vezes superficiais, sem aprofundamento. É inegável o poder de influência e de formação de opinião que a mídia tem. A maneira de lidar com esse fato não é ignorando-o escondendo-se atrás de aulas tradicionais e do conteúdo do livro didático. A melhor maneira de se lidar com essa realidade é trazê-la para discussão e reflexão em sala de aula, num processo educacional participativo e (por que não?) criativo. Só assim é possível que se trabalhe a mídia enquanto representação da cultura de massa e não como verdade absoluta, identificando seus sentidos, objetivos, características e signos. A leitura é um caminho para se produzir reflexão. O jornal, por exemplo, não é o ponto final de um conteúdo, mas um instrumento que viabilize a reflexão, a pesquisa, os questionamentos. Toda verdade deve ser relativizada, contextualizada. O jornal possibilita a integração do alunado com o seu momento-histórico, permitindo uma prática pedagógica enriquecida pela contextualização, debate, o exercício da linguagem e da interpretação.

Para formar um indivíduo consciente é preciso mais do que repassar conhecimentos de experiências passadas, é necessário relacioná-las ao presente, associar determinados eventos, estabelecer redes. O manuseio do jornal permite que o aluno apreenda o conceito de simultaneidade, pois enquanto acontece algo no Rio de Janeiro, acontece outro fato de natureza diferente em São Paulo, na China, nos esportes, no teatro.

Normalmente na escola é levado em consideração o desenvolvimento intelectual mais do que o emocional. Contudo a aprendizagem está intimamente ligada à afinidade e afeição ao conteúdo, não é um processo mecânico, ou melhor, não deveria ser um processo mecânico no qual se aprende porque deve para ser aprendido. As crianças e alunos de hoje cada vez mais abertos a estímulos e a interação com seu meio reclamam por profissionais da educação que estejam preparados para possibilitar seu conhecimento do mundo em toda amplitude em que isso for possível. A escola não pode mais ser um espaço de reprodução, mas claramente de construção. Ler amplia a capacidade de conhecer através do afeto, dos sentimentos, amplia o significado de sua existência no mundo por sua compreensão.

O papel do professor em sala de aula é orientar a leitura e as atividades desenvolvidas com o uso do jornal, não dar respostas, mas estimular sua busca, a pesquisa, a investigação. E é no reconhecimento da ampliação do uso de fontes que se constrói o conhecimento histórico e que o jornal assume seu papel de fonte no processo de educação. A escola pode formar leitores críticos, questionadores, mais do que leitores de notícias, a escola pode formar leitores da realidade e pessoas capazes de interferir e agir para a transformação.

Descobrendo o jornal

Conhecer a constituição de um jornal é fundamental para que o estudante, futuro (ou atual) leitor e pesquisador tenham intimidade em seu manuseio. Conhecer melhor as partes que o compõe, explorando suas características é o primeiro passo para se trabalhar com ele de maneira mais fácil e rápida, sabendo onde encontrar o que procura.

Os textos jornalísticos trabalham com diferentes funções de linguagem: função referencial (foco na mensagem), expressiva (foco no remetente) e conativa (foco no destinatário) que influenciam no teor da informação veiculada. Não apenas os textos jornalísticos, mas todos os materiais veiculados nos jornais circulam entre estas três funções. Contudo, as reportagens devem ser predominantemente referenciais e conter quatro elementos essenciais: objetividade, clareza, concisão e precisão.

Vamos enfim levantar algumas questões às quais devemos estar atentos quando for necessário o uso do jornal como fonte de pesquisa e ensino. Das questões levantadas

nem sempre uma característica é ou pode ser somente negativa ou positiva. Poderemos observar que, dependendo da avaliação, ela pode assumir as duas qualificações. O importante é sempre questionar, independente da fonte, relativizar, tornar-se consciente de suas limitações; limitações estas que não inviabilizam seu uso, mas requerem mais responsabilidade. São questões que todos nós temos, e que pode ser observadas por qualquer um que manuseie e conviva com o jornal. A seguir enumerados, não por importância ou qualquer outro critério, alguns desses pontos.

Jornal-Fonte: pontos negativos

1. A história do tempo presente narrada à medida que vai acontecendo.

Mesmo não se tratando de uma mídia em “tempo real” as redações dos jornais impressos dispõem de (no máximo) 24h para apuração, investigação, redação e publicação de uma matéria, e com exceção de séries especiais, ou “investigativas”, um dia é o ciclo completo da rotina de produção. Enquanto o jornal está fechando ao final do dia, alguns editores estão elaborando a pré-pauta para edição do dia seguinte. Devido ao prazo de produção reduzido, algumas vezes os jornais baseiam-se em informações comprovadas posteriormente como incompletas e até mesmo falsas. Não consciente ou propositalmente, mas por serem num primeiro momento as únicas disponíveis e acessíveis aos jornalistas, que sem demais fontes de informação para confronto, creditam àquelas a base para sua redação. Além disso, a rotina de fechamento das redações é uma limitação prática para a investigação e apuração das notícias. Há uma limitação física para o espaço de uma determinada matéria. O redator ou jornalista não dispõe de espaço indeterminado ou do que acredita ser ideal para sua reportagem. Se o jornal publicar um fato apenas quando tiver certeza absoluta de todas as informações contidas ele perde a razão de sua produção diária. As notícias serão “frias”.

Narrar os fatos à medida que vão acontecendo tem sua razão de ser, mas é responsável por muitas falhas e erros que ao o tempo poderia e pode reduzir.

2. Seleção das matérias

Apesar do jornal ser uma mídia que trata de várias esferas da sociedade, as matérias publicadas em suas respectivas editorias o são em razão de um processo de seleção. Dentro de cada esfera há uma gama muito maior de possibilidades de matéria a serem registradas do que as que são de fato publicadas. Isso acontece, em princípio, por ser inviável publicar tudo o que acontece em todos os lugares durante as 24 horas do dia. Por mais que uma empresa jornalística conte com informantes, enviados especiais e correspondentes é impossível estar presente ou representada numa cobertura de 100%. É preciso selecionar orientado por determinados critérios.

O “tratar de vários temas” já é por si resultado de um processo de seleção num espaço maior de áreas do conhecimento. Dentro dessas esferas são ainda selecionados os assuntos que interessam ao leitor, ao público do jornal. É o público alvo de cada produto que diz o que ele quer encontrar no mesmo. O público encontra aquilo que ele quer ler e o jornal publica o que o leitor anseia encontrar. O texto do jornal corresponde à postura ideológica de sua audiência e não apenas de seus proprietários, já que eles precisam que seu produto seja consumido. Em razão dessa seleção feita para o público de hoje, daqui a alguns anos, se acaso os jornais mudem seu estilo, ou ainda se existirem, o pesquisador pode procurar algo que julgue ser de interesse da população, logo, de publicação em jornais e não encontrar. O que pode vir a ser relevante daqui a alguns anos, pode ter passado despercebido pela mídia, ou pode ter sido descartado durante a seleção de matérias que o jornal fez à época.

3. A linguagem jornalística

A linguagem através da qual o jornal registra os fatos ocorridos no dia anterior é uma questão que vai muito mais além do que o canal entre emissor e receptor da mensagem. O poder que as palavras têm é imensurável. A escolha das palavras, a redação de um texto, tudo isso influencia na forma como o receptor irá receber e apreender a mensagem. Isso porque para narrar um fato, são necessárias algumas informações essenciais para sua compreensão, mas a forma como estas informações serão costuradas é pessoal e por isso múltipla.

Um jornalista não é completamente livre na redação, mesmo que ele seja o único responsável pela matéria. Ali Kamel fala da “multiplicidade de cabeças” (KAMEL, 2007, p. 7) nas redações que evitam “desvios inconscientes ou propositais” na produção de notícias, definindo o jornalismo como uma obra coletiva, pois embora a redação de uma matéria possa estar sob responsabilidade de um jornalista, a discussão sobre sua publicação passa por muitas pessoas. Contudo, mesmo aprovado pelos pares, pelos editores, orientado pelas políticas da empresa, o jornalista é ainda livre na escolhas das palavras a serem utilizadas em sua reportagem.

“É fundamental que se pensa na mensagem jornalística como produção da palavra. A palavra que, mesmo que desnuda e espontânea, nunca é inocente porque pertence à cadeia de significante e significação.” (PONTUAL, p.32).

4. É um produto de mercado

O jornal é o produto final de uma cadeia de produção que tem início com o recolhimento, seleção e redação de matérias por jornalistas e editores na redação do jornal, passando pela impressão no parque gráfico e que termina com a entrega aos assinantes que pagaram previamente e às bancas de jornal para que sejam vendidos. Na prática é um produto comercializável como qualquer outro em nosso sistema e que tem o fim comercial no lucro.

Por ser um produto de mercado, o jornal segue sua lógica, precisa ser vendável e consumível, afinal o “Jornal é um negócio como qualquer outro. Se não der lucro, morre.” (NOBLAT, 2007:26). O espaço para os anúncios determina o espaço que os repórteres e os diagramadores terão para notícias.

O curioso, o inédito, a catástrofe, mesmo que ocorridos em lugar muito distante do nosso, desperta a curiosidade e o interesse do leitor pelo conteúdo do jornal. Uma capa bem elaborada aguça o interesse pela leitura do que há em seu interior, provoca seu consumo. Matérias e chamadas sobre a normalidade do trânsito, nos órgãos públicos, ou sobre assuntos que continuam como sempre foram e como devem ser não vende.

O jornal além de informar, instiga, provoca o leitor a posicionar-se diante do fato narrado. Opta pela versão mais polêmica da narrativa. Mas sempre preocupado em levantar provas para sustentar a denúncia. Todos os detalhes acrescentados à narrativa

do fato acima não tornam a história irreal pela comprovação dos mesmos nas edições posteriores.

5. Descontinuidade da narrativa

O pesquisador que tem como fonte os periódicos tem grande chance de já ter passado pela experiência de ter seu objeto, de repente, esquecido pelos jornais da época, até mesmo pelo jornal que mais deu cobertura ao fato.

Alguns fatos se eleitos “carro-chefe” pelo editor costumam ser acompanhados até seu desfecho. Contudo, nem sempre pesquisamos as notícias eleitas como principais, as notícias de capa, as manchetes. Mas às vezes também estamos pesquisando sobre um grande caso político, um processo de grande repercussão e de repente... nada. Ricardo Noblat descreve no trecho abaixo algumas situações que concorrem para a falta de continuidade:

“Nem toda notícia merece ou pode ter seqüência no dia seguinte. Se depender dos governos, por exemplo, notícia sobre atos irregulares praticados por eles não terá desdobramentos nem amanhã nem nunca. Se depender da agilidade da Justiça, uma notícia só produzirá outra quando todos estiverem esquecidos da primeira.” (NOBLAT, p. 60).

Essa ausência de informações na fonte pode indicar que ao fato-objeto não foi creditada a importância dada a ele num momento anterior, que seu desenvolvimento natural levou ao esquecimento pela mídia. Ou o “esquecimento” do fato pode ter causas de força maior como a censura, razão que não poderia ser revelada claramente aos leitores da época. Mas também pode significar apenas que o jornal optou por cobrir outras notícias, que não disponibilizou repórteres para acompanhar o desenvolvimento do fato ou que simplesmente optou por abandonar a cobertura do mesmo por não ter despertado nas edições anteriores o interesse do leitor como esperado.

6. Dificuldade de isenção

Lidando com jornal temos dois níveis de isenção a serem analisados: a dos profissionais jornalistas e a do jornal enquanto instituição.

As matérias e o conteúdo jornalístico são produtos da ação de jornalistas, repórteres, redatores, editores ou de qualquer outro profissional incumbido da tarefa de registrar informações redigindo reportagens. Assim como qualquer outro ser humano, esses profissionais são seres sociais imbuídos em cultura, para citar Michail Makthin, e por tal motivo nenhum produto de sua ação pode ser isento. Até mesmo a escolha da fotografia ou da imagem que vai ilustrar a matéria é pessoal, a escolha pela posição do político ou por sua expressão facial, a imagem do gol, da comemoração do jogador ou da torcida.

Outra questão é isenção do jornal enquanto uma instituição. Todo jornal tem sua linha editorial que baliza a redação dos jornalistas. A linha está na capa, na primeira página. Se um jornal traz manchete e chamadas principalmente sobre política e economia tem conteúdo muito diverso de outros que destacam informações sobre polícia, sexo e esporte. A linha editorial também resulta da posição política do jornal/empresa. Opções como não ilustrar a matéria que trate da depredação de uma praça com uma foto de uma pichação, por exemplo, revela a escolha do jornal de não dar espaço a divulgação do autor da pichação que possivelmente se orgulharia em vê-la estampada no jornal. A opção por não referir-se ao nome da facção criminosa, é uma posição política. É uma maneira de não creditá-la reconhecimento, de não reforçar sua “marca”. Os fatos ocorridos foram sem dúvida de grande importância para a história da cidade e futuramente (se já não ocorreu) serão temas de pesquisa que terão alguns “buracos” propositais.

7. Reprodução de informações

Com o advento da Internet mais do que em outras épocas, os meios de comunicação tornaram-se mais dependentes uns dos outros. Os sites de notícias que trabalham com informes do tipo plantão e que trazem informações a todo instante são muitas vezes ponteiros para a produção de matérias nas redações. Assim como os plantões dos telejornais. As escutas, Internet, outros jornais, telejornais, informantes, assessores de imprensa, telefones de contatos para denúncias, costumam ser as naturezas de fontes comuns entre os meios de comunicação. A grande preocupação que surge da sinergia entre os veículos de comunicação é a reprodução de informações.

A reprodução implica, no mínimo, em não se ter novas informações agregadas à matéria. Quando um jornal compra uma matéria de um outro e a publica, não há a produção de uma nova matéria, com outra perspectiva a respeito de determinado fato. Teremos a mesma reportagem publicada em veículos impressos distintos. As matérias de editoria internacional, quando não são feitas por correspondentes ou por repórteres com contrato especial, são compradas de fontes e de jornais parceiros como do Jornal *The New York Times*. Essas matérias são traduzidas e publicadas com o crédito da fonte respectiva. O que temos de novo numa matéria desse tipo? O valor agregado das diferentes perspectivas se perdem. Ao mesmo tempo essa é uma saída para informar ao leitor sobre uma gama de acontecimentos que escaparam por razões diversas da cobertura por jornalistas do jornal. Um grande risco que pode devir dessa opção é a reprodução de informações incorretas ou que favoreçam e/ou desmereçam propositalmente ou não um dos personagens da notícia.

8. Informação com prazo de validade

Por ter uma validade pequena, de um dia, sua fabricação também deve ser a mais barata possível associada à qualidade. O papel jornal até hoje é de baixa qualidade. Sua composição ácida faz com que seja o menos ideal para guarda. A composição química da tinta utilizada antigamente corroía o papel. O jornal de hoje acidifica por sua própria composição e se não armazenado em condições ideais decompõe-se. É um material muito frágil para manuseio recorrente e armazenamento. Normalmente os centros de pesquisa que tem periódico como acervo usam como recurso de preservação a microfilmagem e a disponibilização para consulta nesse formato a fim de evitar o manuseio do documento em seu suporte original, retardando seu fim.

Mas a questão da validade do jornal está além de questões físicas. Todo o trabalho de averiguação, checagem e produção de notícias durante um dia na redação é para a edição do dia seguinte. Não se publica matérias repetidas. Os temas podem ser os mesmo, mas as redações são sempre novas. O jornal de vinte ou de trinta páginas com a data de hoje estampada, vale para o dia de hoje. Enquanto os leitores estão tomando par dos acontecimentos de ontem, os jornalistas estão produzindo as notícias que estão acontecendo agora e que serão lidas amanhã.

Considerações Finais

“A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonégam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça”

Rui Barbosa (1849-1923), *A imprensa e o dever da Verdade*.

“O jornal exerce hoje todas as funções do defunto Satanás, de quem herdou a ubiqüidade; e é não só o pai da mentira, mas o pai da discórdia.”

Eça de Queirós (1845-1900), *A correspondência de Fradique Mendes*

Na busca citações de pessoas famosas sobre jornal foi encontrada (dentre muitas outras) essas duas tão contundentes e tão opostas de duas grandes personalidades contemporâneas e atuantes em nossa história. Rui Barbosa, jurista, político, jornalista, imortal da Academia Brasileira de Letras, vê no jornal sua presteza de registrar e informar aos leitores sobre os acontecimentos das mais diversas naturezas que os cercam, como o meio que precede a tomada de decisão de seus leitores. Já Eça de Queirós, diplomata e escritor, associa a características de estar em todo lugar ao mesmo tempo não pelo lado bom, julga o jornal como algo negativo ligado á mentira e á discórdia. Apesar de estes julgamentos terem pelo menos um século são ainda os pólos em torno dos quais giram os juízos de valor que existem na sociedade de hoje a respeito do jornal. Afinal, seria o jornal o bálsamo do público sedento por informações ou o vilão que dissemina as más notícias e a cultura do medo?

Este trabalho não teve por objetivo por um fim a esta peleja, mas discutir o objeto jornal através de algumas questões importantes que devem ser sublinhadas. Não que inviabilizem seu uso, mas que torne consciente e parte de seu uso como fonte essas críticas. O jornal, assim como qualquer outra fonte de pesquisa e recurso didático, tem suas limitações, mas que não o subestima como canal de comunicação difundido e estabelecido na sociedade. É ao mesmo tempo registro da história, fonte de pesquisa, formador de opinião, veículo de denúncia, discurso, mídia, reflexo da sociedade, e tantas outras funções que pode assumir de acordo com o uso que seja feito dele. Nenhuma fonte é perfeita e inquestionável, nenhuma falha ou qualidade levantados é única e exclusiva dessa tipologia de fonte. A consciência de sua subjetividade é que permitirá contorna-la e quando necessário usa-la a favor da narrativa histórica.

Além dessas questões ficou também muito clara a função do jornal para os leitores comuns ou para o público escolar sua função de instrumento de leitura. A cultura da leitura nessa sociedade tecnológica não é tão forte como na da era do rádio e da televisão apenas. A “terceira morte” do jornal anunciada com a vinda da internet ainda não aconteceu. E por quê? Porque esta vem se servindo mais como lazer, entretenimento e prestadora de serviços instantâneos do que como fonte confiável e veículo de informação. O jornal mais do que ser o intermediário da notícia deve exercer com consciência sua função de mediador. O jornalista trabalha num veículo de formação de opinião, então carece assumir sua parcela de responsabilidade enquanto educador. Os jornais precisam fornecer aos leitores atuais instrumentos que o possibilitem agir no mundo e ao do futuro uma leitura coerente do mundo de sua época. A inserção do jornal na sala de aula diz respeito à formação do cidadão. É tarefa dos professores estimularem a leitura além do conscientizar crianças e jovens de seu papel de agente e da responsabilidade que têm na transformação e construção social. Mas não se formam leitores críticos obrigando-os a ler e cobrando por isso, mas estimulando seu interesse, pois só assim o conteúdo do que se está lendo terá algum tipo de ressonância; é o aprendizado pelo sentimento. Por fim, vale ressaltar que o jornal reúne notícias sobre variadas esferas da sociedade num único volume; é uma janela para compreender a sociedade que a produziu; que nele a história do tempo presente narrada à medida que vai acontecendo; as matérias investigativas são muito ricas de dados quantitativos e qualitativos; muitas vezes o jornal é a única fonte sobre determinados fatos; oferece facilidade de acesso e uso; e é um abastado recurso didático.

Bibliografia

APPLE, Michael. *Educação e Poder*. Porto Alegre: ArTmed, 1989.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “A construção do objeto”. IN: *A profissão do sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 45-72.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (orgs.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

- DA MATA, Roberto. “O ofício do Etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”. Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais. Publicado no Museu Nacional: Comunicação n.1. 1974.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986. 4ª ed.
- FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.
- FRANCO, Carlos Alberto di. *Illuminadores da história*. O Globo, Rio de Janeiro, 02 jan. 2006. p. 7.
- _____. *Repensando os jornais*. O Globo, Rio de Janeiro, 13 fev. 2006. p. 7.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GARCIA, Luiz. “O terceiro anúncio fúnebre”. IN: *O mundo, esse lírio: artigos sobre jornalismo e outras coisas*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. “História e Livro Didático: a produção de um saber escolar”. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: Edições HG, 1999. P. 169-179.
- KAMEL, Ali. *Jornalismo e objetividade*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 fev. 2007 p. 7.
- _____. *Nós, a imprensa*. O Globo, Rio de Janeiro, 04 out. 2005. p. 7.
- _____. *O Jornalismo*. O Globo, Rio de Janeiro, 23 jan. 2007. p. 7.
- LACOUTURE, Jean. “A História imediata”. IN: LE GOFF, Jacques (org). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 5ª ed. p. 287-321.
- NIKITIUK, Sônia Maria Leite (org). *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2004. 5ª ed.
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2007. 7ª ed.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. “Semântica”. IN: *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. 2ª ed.
- Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, MEC, 1998.
- PONTUAL, Joana Cavalcanti. *O Jornal como proposto pedagógica*. São Paulo: Paulos, 1999.
- RIBEIRO, Francisco Carlos. *Hayek e a Teoria da Informação: uma análise epistemológica*. São Paulo: AnnaBlume, 2002.
- ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. “Livro Didático, memória e Revolução informacional”. IN: *Ensino de História*. Niterói: Fac. de Ed. UFF. Vol. 11. Jul. 1998. p.41.
- SMIT, Johanna. *O que é documentação*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 2ª ed.
- TEIXEIRA, Nísio. “Jornais: trajetória e possibilidades”. IN: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da terra (orgs). *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG; 1998. p. 289-313.